

# A AÇÃO DOS JORNALISTAS EM NOSSA HISTÓRIA RECENTE

**Alice Mitika Koshiyama**  
( Professora da ECA/USP )

“É nosso dever não silenciar e exigir que se cumpra a palavra do próprio presidente da República: “A minoria tem de baixar a cabeça para a maioria decidir “.  
Clóvis Rossi, jornalista, no artigo “Chega de medo”, *Folha de S. Paulo*, 25-09-84, p. 2.

O conhecimento, ainda que superficial, da história do jornalismo brasileiro, prova-nos a importância da atuação dos jornalistas na vida nacional. ( Ver, por exemplo, Nelson W. Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, Rio, Civiliza o, 1966 ).

Paradoxalmente, são os jornalistas mais empreendedores, que, ao olharem para tr s, tendem a fazer autocr ticas. O jornalista Clóvis Rossi, no artigo “Chega de medo”, comenta a situa o da Argentina e o comportamento recente da sociedade perante os atos de tortura e violência, perguntando: “se a maioria dos jornalistas argentinos tivesse ousado resistir, o regime militar teria condi es de matar a todos ou seria obrigado a, pelo menos, moderar   sua truculência ? ”

Referindo-se ao Brasil, Rossi diz: “desconfio que nós também, jornalistas brasileiros, fomos pouco incisivos nas denúncias de situa es semelhantes aqui vividas, ainda que em escala infinitamente menor. E também não   uma questão superada ”.

Ele explica porque:

“O que estou propondo   que nós, jornalistas, e a sociedade como um todo, saibam se organizar; para, no presente e no futuro, termos

a coragem de não permitir que se violem impunemente os direitos humanos. E lembra como "os setores mais retrógrados do esquema do poder" estão atuando para distorcer os rumos da sucessão presidencial.

Rossi vê uma possibilidade de brechar o crescimento dessa violação dos direitos da cidadania: vencer o medo, não silenciar, exigir o cumprimento das promessas presidenciais.

A coragem de assumir que devíamos ter feito mais e muito deve ainda ser feito é uma proposta irrecusável de vida. Mas, é preciso nunca esquecer que o jornalismo existe enquanto atividade integrada a uma sociedade de interesses muitas vezes antagônicos. E garantir o espaço de atuação dos jornalistas significa lutar pela existência plena dos divergentes grupos, partidos políticos e movimentos sociais.

Bobagem lamentar porque não temos o nosso Watergate. A história do jornalismo no Brasil encontra-se num estágio onde os profissionais são vistos pelas autoridades como coadjuvantes dos caprichos do poder. Enquanto nas nações mais civilizadas os jornalistas são respeitados pelos governantes, sendo tratados como elementos representativos dos interesses dos cidadãos, conforme documenta o repórter João Vitor Strauss ( in "Figueiredo rechaça as coletivas, prefere o silêncio" e "Mr. pre-e-sident !, explique-se, por favor", **Folha de S. Paulo**, 7-10-84, p. 6 ).

Infelizmente, em algumas ocasiões, os repórteres brasileiros reforçam o comportamento autoritário, mendigando às autoridades uma declaração. É impossível esquecer como se comportaram alguns dos nossos colegas quando, reconfortado pelas mensagens do Dr. Nishimura, o presidente Figueiredo resolveu arquivar seu mau humor e falar, no início do 2º semestre de 1984. Parecia um grande favor o fato de Figueiredo conversar sobre amenidades, tal o grau de subserviência com que alguns repórteres o abordaram.

Estava certo o cientista Mário Schemberg, quando, em 1978, declarou: "A ditadura não é apenas a vigência de uma legislação e de um poder arbitrário. Ela, a ditadura, está em nossas cabeças, em nossos comportamentos e em nossos hábitos estabelecidos". ( in "Desenvolvimento da Física no Brasil", conferência pronunciada na reunião anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência –, na Universidade de São Paulo ).

A característica marcante da cultura brasileira dos últimos anos, o autoritarismo, é algo que não será facilmente extirpado. Presente nos tempos do "milagre econômico mais repressão implacável" até este momento de "abertura lenta, gradual e elitista", o autoritarismo moldou o modo de viver o cotidiano de todos nós.

O jornalismo participa dos pecados da época. E o trabalho jornalístico foi mutilado em sua essência, conforme expressou um dos mais competentes profissionais brasileiros:

*“Razões morais muitas vezes foram invocadas para impedir a divulgação da verdade, em proveito de quem se vale da mentira para manter seus privilégios. Nesta área acampam as razões da chamada segurança nacional normalmente aduzidas para proteger o poder da minoria e para a insegurança da maioria”.*

*Mino Carta, jornalista, em depoimento a **Unidade** (órgão oficial do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo), julho/agosto, 1980, p. 13.*

Nos anos setenta, trabalhando em situações de extrema censura, profissionais em jornalismo conseguiram evitar a total omissão dos fatos de interesse da sociedade. Jornalistas foram suficientemente corajosos e competentes para fazer o máximo naquelas circunstâncias. Muitos esforços permanecerão desconhecidos pela falta de registros, mas os poucos exemplos mencionados neste texto representam uma amostra significativa do valor da maioria dos trabalhadores.

Em 1975, estando detido no DOI-CODI de São Paulo, o jornalista Wladimir Herzog morreu. Todo o sistema foi mobilizado para transformar o morto em culpado, segundo a ótica da polícia política. O acontecimento enlutou a categoria dos jornalistas e sacudiu a sociedade, parte dela ainda totalmente anestesiada pela propaganda do regime. Os jornalistas encontraram forças para, pela primeira vez na década, marcar um protesto público conjunto contra a arbitrariedade dos órgãos de repressão.

Houve algumas exceções. Um ex-colega de Herzog, da redação de **O Estado de S. Paulo**, tentou ajudar as autoridades, mentindo ao afirmar, em depoimento no inquérito policial militar, que o jornalista morto havia sido despedido da redação, em 1963, num expurgo contra elementos de esquerda. A direção do jornal **O Estado de S. Paulo**, ao publicar o texto de conclusão do Inquérito, em 20 de dezembro de 1975, onde constavam as mentiras, restabeleceu a verdade: o jornalista tinha deixado seu emprego no jornal, em 1965, após anos de serviços altamente elogiados, para morar em Londres e estagiar na B.B.C. O fato narrado é um dos episódios lembrados por Fernando Jordão no **Dossiê Herzog: Prisão, Tortura e Morte no Brasil**, pp. 91-92. Um outro personagem que atuava como jornalista, mas fazia o trabalho de agente da repressão levantando calúnias, inclusive pedindo punições para companheiros, é um exemplo do comportamento oportunista e irresponsável de uma minoria que matou Herzog.

O receio de sofrer perseguições, resultando em morte nos casos extremos, fazia com que muitos silenciassem. Arbitrariedades permaneciam impunes pois a norma era mantê-las em segredo.

E as arbitrariedades vinham de longa data. O jornalista Antonio Carlos Fon foi preso, em 29 de setembro de 1969, porque procuravam um seu irmão, militante de uma organização política. Foi torturado a ponto de sofrer paralisia temporária das pernas. Ao ser colocado em liberdade 52 dias depois, ouviu do delegado que dele se despedia, aquelas irônicas e inesquecíveis e cruas palavras: “Que bela reportagem, se você pudesse escrever, hein ? ” ( *Tortura*, p. 14 ).

Dez anos depois, o repórter escreveu um livro, *Tortura*, a história da repressão política no Brasil, onde narra o que havia acontecido nesta década, descrevendo os mecanismos, a ideologia e os processos de atuação empregados. Ainda fez várias reportagens para periódicos de circulação nacional sobre o tema. Tendo publicado na revista *Veja* parte do trabalho, apresentado depois no livro *Tortura*, sob os títulos de “Descendo aos porões” e “Um poder nas sombras”, o jornalista Fon fez a reportagem que o delegado pensava ser impossível.

A sociedade brasileira dos anos setenta sofreu censura constante, baseada em uma legislação que expressava uma ordem arbitrária. O jornalista Paolo Marconi fez uma pesquisa, consulta obrigatória para o conhecimento da ação da censura oficial e as formas de relacionamento dos jornalistas com esse processo. Antonio Callado, jornalista e escritor observa:

*“O livro de Paolo Marconi é parte de um verdadeiro banco de memória do País. E tem o caráter espaçoso, monumental. Aqui não se xinga a censura — ela fica documentada. (...) E vemos de que maneira, contra sua própria vontade, frustrando suas mais caras intenções, a censura, perseguindo jornalistas, cria um prego, uma pedra no próprio sapato, ou bota: cria a imprensa alternativa, nanica”.*

*in prefácio de A Censura Política na Imprensa Brasileira ( 1968-1969 ), 2ª ed. revista.*

Em determinada época, nos primeiros anos do decênio, a censura era tão potente que um acontecimento como a guerrilha do Araguaia foi mantido fora do noticiário dos meios de comunicação de massa, com a censura prévia a alguns órgãos e a submissão de outros. Ironicamente, foi um dos órgãos sob censura prévia quem publicou a única reportagem divulgada na época dos acontecimentos, em setembro de 1972, sobre o fato. O correspondente de *O Estado de S. Paulo* enviou a matéria do Pará e os censores não a vetaram. Somente com a publicação da série de

7 reportagens, no **Jornal da Tarde** de 13 a 20 de janeiro de 1979, escritas por Fernando Portela, é que foi possível verificar a extensão do movimento de Araguaia. Mesmo em 1979, Portela não conseguiu ouvir nenhuma fonte militar que tivesse participado do movimento e concordasse em falar identificando-se abertamente para o público. Após a publicação das reportagens, Fernando Portela conseguiu outros dados e o trabalho completo foi transformado em livro sob o título de **Guerra de Guerrilhas no Brasil**.

Absolutamente privilegiados, os órgãos de repressão eram servidos por alguns conhecedores profundos das leituras interditas à maioria da população. O escritor e jornalista Fernando Gabeira, que entrou na luta armada, foi preso, banido e anistiado, enfrentou esses indivíduos atuando como analistas de informações nos interrogatórios. Gabeira notou que havia uma divisão de trabalho em três grupos: um grupo de tortura, um grupo de captura dos procurados e "uns caras que conhecem as organizações, que lêem tudo o que você diz, confrontando com tudo que já foi dito sobre a organização que você pertence, vêem as suas contradições, e devolvem em forma de bilhete com reorientação sobre como te interrogar, por onde insistir". ( **A Entrevista do Pasquim**, p. 26, publicada inicialmente no **Pasquim**, nº 490, de 17 a 23-11-1978 ).

O período de abertura política não eliminou a presença da censura no trabalho do jornalista. A Nova Lei de Segurança aprovada em 1979 e alterada em 1983, continua a ser instrumento de intimidação aos jornalistas. E, mesmo nos tempos mais recentes, algumas autoridades teimam em brandir leis dos tempos de exceção. Até políticos filiados a partidos identificados historicamente com a oposição ao Governo Federal pós-64, como o vereador Altino Lima, do PMDB, presidente da Câmara Municipal de São Paulo, ainda recorrem à maldita Lei. Agastado pelas reportagens que dois jornalistas fizeram, mostrando quem era Altino Lima, e não tendo argumentos jornalísticos para uma resposta, o vereador tratou de tentar enquadrar os dois profissionais na Lei de Segurança Nacional. A maioria dos vereadores, colegas de Altino, repudiaram o seu ato – típico de uma situação em que autoridades buscavam proteção legal para acobertar arbitrariedades e atos de favorecimentos pessoais. ( Ver in **O Estado de S. Paulo** "A Câmara repudia Altino Lima" – 28-11-84 e "Altino Lima apontado como o novo Paulo Rui" – 29-11-84 ).

O cotidiano da história, do qual o jornalismo é parte, mostra-nos que a construção de uma nação democrática não é um mero ato de revogar leis de exceção. Precisamos redefinir valores, rever comportamentos e costumes, educar-nos para a participação em todas as instâncias do poder, atuando na feitura das regras de jogo e na sua aplicação.

### Bibliografia

- FON, Antonio Carlos. **Tortura: a história da repressão política no Brasil**, S. Paulo, Global, 1979.
- GABEIRA, Fernando. A Entrevista do Pasquim, in **Carta sobre a anistia, A Entrevista do Pasquim, Conversação sobre 1968**, Rio, Codecri, 1978, pp. 22-63.
- JORDÃO, Fernando Pacheco. **Dossiê Herzog. Prisão, Tortura e Morte no Brasil**, S. Paulo, Global, 1979.
- MARCONI, Paolo. **A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978)**, 2ª edição revista, S. Paulo, Global, 1980.
- PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**, São Paulo, Global, 1979.
- \_\_\_\_\_. "Guerra de Guerrilhas", série de reportagens publicadas pelo **Jornal da Tarde**, de 13 a 20-01-1979.
- ROSSI, Clóvis. "Chega de medo", in **Folha de S. Paulo**, 25 de setembro de 1984, p. 2.
- SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio, Civilização, 1966.
- STRAUSS, João Vitor. "Figueiredo rechaça as coletivas, prefere o silêncio" e "Mr. pre-e-sident!, explique-se, por favor", in **Folha de S. Paulo**, 7 de outubro de 1984, p. 6.
- \_\_\_\_\_. "A Câmara repudia Altino Lima", in **O Estado de S. Paulo**, 28 de novembro de 1984, p. 40.
- \_\_\_\_\_. "Altino Lima apontado como o novo Paulo Rui". in **O Estado de S. Paulo**, 29 de novembro de 1984, p. 15.
- UNIDADE (órgão oficial do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo), julho/agosto 1980.

### Conferência

- SCHEMBERG, Mário. "Desenvolvimento da física no Brasil", pronunciada na reunião anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência –, realizada em 1978, na Universidade de São Paulo.